

PROJETO DE LEI

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

101.....
.....

Parágrafo único. Em caso de degradação da situação econômico-financeira que coloque em risco a continuidade dos serviços, a ser reconhecido por decisão fundamentada da Anatel, a alienação de bens, ainda que não reversíveis, dependerá de prévia aprovação da Agência.

“Art.

110.....
.....

III - degradação da situação econômico-financeira que coloque em risco a continuidade dos serviços prestados pela concessionária ou por outras prestadoras, ainda que a concessionária se encontre em recuperação judicial;

.....

Parágrafo único. A intervenção poderá ser decretada mesmo após deferimento de processamento de recuperação judicial.” (NR)

“Art. 111. O ato de intervenção indicará seu prazo, seus objetivos e limites, que serão determinados em função das razões que a ensejaram, e designará o interventor e o valor de sua remuneração.

§ 1º A intervenção será precedida de procedimento administrativo instaurado pela Anatel, em que se assegure a ampla defesa da concessionária, salvo quando decretada cautelarmente.

§ 2º A decretação da intervenção não afetará o curso regular dos negócios da concessionária, nem seu normal funcionamento e produzirá, de imediato, o afastamento de seus administradores, dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

§ 3º O prazo da intervenção será de até um ano, prorrogável uma vez, por até mais dois anos, a critério do poder concedente.

§ 4º A intervenção poderá ser exercida por pessoa natural ou jurídica, cuja remuneração será paga com recursos da empresa.

§ 5º Ao assumir suas funções, o interventor na concessionária deverá:

a) arrecadar, mediante termo próprio, todos os livros da empresa e os documentos de interesse da administração;

b) levantar o balanço geral e o inventário de todos os livros, documentos, dinheiro e demais bens da empresa, ainda que em poder de terceiros, a qualquer título; e

c) convocar para assinar o termo de arrecadação, o balanço geral e o inventário os administradores em exercício no dia anterior à intervenção, os quais poderão apresentar, em separado, declarações e observações que julgarem a bem dos seus interesses.

§ 6º A intervenção confere ao interventor plenos poderes de gestão sobre as operações e os ativos da concessionária e a prerrogativa exclusiva de convocar a assembleia geral nos casos em que julgar conveniente.

§ 7º Exceto quando especificado no ato de decretação da intervenção, os atos do interventor que impliquem disposição ou oneração do patrimônio da empresa, bem como os referentes a admissão ou demissão de pessoal, dependerão de prévia e expressa autorização do poder concedente.

§ 8º A concessionária sob intervenção assegurará ao interventor a defesa em processos judiciais e administrativos contra ele instaurados pela prática de atos no exercício de suas funções, por intermédio de advogado próprio ou mediante advogado especialmente contratado, a critério do interventor.

§ 9º O interventor prestará contas ao poder concedente no momento em que deixar suas funções e sempre que solicitado, e responderá civil, administrativa e criminalmente por seus atos.

§ 10º Findo o prazo de intervenção, se mantida a condição que a fundamentou, o Poder Concedente extinguirá a outorga, garantida a prestação adequada do serviço.”(NR)

“Art. 111-A Com a finalidade de garantir a continuidade dos serviços de interesse público, o uso e a operação das instalações, equipamentos e sistemas das concessionárias de serviços de telecomunicações poderão ser feitos pelo próprio poder concedente ou, a seu critério, por agentes públicos ou privados por ele designados, em caráter emergencial, precário, provisório e por prazo determinado.” (NR)

“Art.

.....
.....

§3º A decretação de falência implica a extinção automática e imediata da concessão, independentemente do procedimento de que trata o §2º” (NR)

“Art. 130-B É facultado à Agência a intervenção em prestadoras sob o regime privado que explorem serviços de interesse coletivo quando verificada alguma das hipóteses previstas nos incisos I, III e VI do art. 110.

§ 1º Aplicam-se as regras do parágrafo único do art. 110 e dos arts. 111 e 111-A. à intervenção da Agência em prestadoras sob o regime privado que explorem serviços de interesse coletivo.

§ 2º É vedada a intervenção quando a demanda pelos serviços objeto da autorização puder ser totalmente atendida por outras prestadoras de modo regular e imediato.”

“Art. 130-C Em caso de degradação da situação econômico-financeira que coloque em risco a continuidade dos serviços de interesse coletivo, a ser reconhecido por decisão fundamentada da Anatel, a alienação de bens indispensáveis à prestação destes serviços pela autorizada dependerá de prévia aprovação da Agência.”

“Art. 144-A. A decretação da falência da prestadora implica extinção automática e imediata da autorização, independentemente do procedimento de que trata o art. 144 desta lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.